

David Roberto R. Soares da Silva

TRIBUTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS, EMPRESAS OFFSHORE E TRUSTS NO EXTERIOR

Desvendando a Lei nº 14.754/2023



1ª edição

São Paulo, outono 2024
Editora B18 Ltda.
contato@b18.com.br
www.b18.com.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>Sobre o autor</i>	11
<i>Siglas</i>	15
PARTE 1 – A NOVA TRIBUTAÇÃO E O SEU ALCANCE	17
A MP 1171: O começo de tudo	19
Lei nº 14.754/2023 e a mudança de paradigma	21
Rendimentos e ganhos fora do novo regime	28
Rendimentos tributáveis e rendimentos isentos	30
Ganhos de capital	34
Variação cambial	37
PARTE 2 – TRIBUTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO EXTERIOR	45
Manutenção do regime de caixa	47
Apuração dos rendimentos	50
Aplicações financeiras no exterior e o seu alcance	56
Aplicações financeiras e seus rendimentos	58
Compensação de perdas	74
Perda realizada	77
Comprovação das perdas	79
Quantificação das perdas	79
Método de compensação de perdas	81
Tributação na DAA	84
Cômputo dos rendimentos na DAA	84
Imposto pago no exterior	85
PARTE 3 – TRIBUTAÇÃO DAS ENTIDADES CONTROLADAS NO EXTERIOR	89
Sistemática geral da Lei nº 14.754/2023 e suas inovações	91
Tributação anual <i>versus</i> tributação automática	92
Entidades controladas no exterior e pessoa vinculada	93
Entidade no exterior para fins da Lei nº 14.754/2023	94
Entidade controlada (EnCon)	95
Pessoa vinculada na Lei nº 14.754/2023	103
Tributação anual automática	111
Localização e regime fiscal da EnCon	113
Renda ativa própria <i>versus</i> renda passiva	119
Apuração do lucro da EnCon	130
Tributação na DAA e procedimentos correlatos	156

Limitação da tributação automática por tratados internacionais	164
Opção voluntária pela tributação automática	166
Tributação anual na efetiva distribuição (não automática)	167
Distribuição de lucros e dividendos na tributação automática	172
Ganho de capital na alienação, baixa, liquidação e redução de capital	174
Tratamento fiscal transparente	178
Condições para a opção do tratamento transparente	180
Opção pelo tratamento transparente	183
Aspectos relevantes do tratamento transparente	186
Reorganizações societárias e capitalização de entidades controladas no exterior	198
Operações sujeitas à avaliação de mercado	200
Tributação da renda	203
PARTE 4 – TRUSTS	205
O <i>trust</i> como estrutura fiduciária	207
Partes em um <i>trust</i>	210
Revogabilidade	212
Discricionariedade	213
O tratamento tributário do <i>trust</i> na Lei nº 14.754/2023	214
Definições adotadas pela Lei nº 14.754/2023	214
Titularidade do patrimônio do <i>trust</i>	217
Efeitos tributários da mudança da titularidade do <i>trust</i>	219
Patrimônio do <i>trust</i> e declaração dos bens na DAA	225
Regime tributário aplicável aos <i>trusts</i>	227
Regras acessórias relacionadas ao <i>trust</i>	229
<i>Trusts</i> instituídos por não residentes	235
<i>Trusts</i> discricionários	236
PARTE 5 – FUNDAÇÕES PRIVADAS ESTRANGEIRAS	241
A fundação estrangeira: entre a <i>offshore</i> e o <i>trust</i>	244
Estrutura jurídica de uma fundação	246
Partes em uma fundação	247
Revogabilidade e discricionariedade	253
Tratamento tributário da fundação na Lei nº 14.754/2023	255
A fundação revogável como entidade controlada pelo fundador	255
Falecimento do fundador	260
PARTE 6 – ATUALIZAÇÃO DO VALOR DOS BENS E DIREITOS NO EXTERIOR	267
Atualização de bens adquiridos com recursos em moeda estrangeira	273
Conheça outros títulos da Editora B18	275
Bibliografia	277